

UNILEÃO  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DOUTOR LEÃO SAMPAIO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

BRUNO PIANCÓ DE SOUSA

**PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA ESCOLA: Problemáticas diante dos impactos  
psicossociais no espaço educacional**

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2022

BRUNO PIANCÓ DE SOUSA

**PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA ESCOLA: Problemáticas diante dos impactos psicossociais no espaço educacional**

Trabalho de Conclusão de Curso –  
Artigo Científico, apresentado à Coordenação  
do Curso de Graduação em Psicologia do  
Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em  
cumprimento às exigências para a obtenção do  
grau de Bacharel em Psicologia.

**Orientador:** Prof. Dr. Francisco  
Francinete Leite Junior

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2022

BRUNO PIANCÓ DE SOUSA

**PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA ESCOLA: Problemáticas diante dos impactos psicossociais no espaço educacional**

Este exemplar corresponde à redação final aprovada do Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado à Coordenação do Curso de Graduação em Psicologia do Centro Universitário Dr. Leão Sampaio, em cumprimento às exigências para a obtenção do grau de Bacharel em Psicologia.

Data da Apresentação: 05/12/2022

**BANCA EXAMINADORA**

Orientador: Prof. Dr. Francisco Francinete Leite Júnior

Membro: Profa. Esp. Cícera Jaqueline Sobreira Andriola

Membro: Prof. Me. Marcos Teles do Nascimento

JUAZEIRO DO NORTE - CE  
2022

## PESSOAS TRANS E TRAVESTIS NA ESCOLA: Problemáticas diante dos impactos psicossociais no espaço educacional

Bruno Piancó de Sousa<sup>1</sup>  
Francisco Francinete Leite Junior<sup>2</sup>

### RESUMO

Ao estudar a identidade transgênero, é nos dado a possibilidade de adentrar nas diversas manifestações de identidades, no reconhecimento do sujeito(a) trans frente a sua constante metamorfose experienciada. Diante dessa realidade, a(o) sujeita(o) trans e travesti no contexto escolar, buscam inicialmente por esse reconhecimento, de si mesmas(os) e dos outros, porém encontram um espaço desigual e que não as (os) acolhe apropriadamente. O presente estudo tem como objetivo geral compreender os impactos psicossociais que pessoas transexuais e travestis vivenciam no percurso escolar. Os objetivos específicos buscam compreender como as instituições de ensino percebem as relações de gênero e sexualidade, de que forma elas acolhem a população trans, combatem a discriminação, atuam na permanência dessas alunas(os) na escola e como ocorre o processo de escolarização dessas(es) estudantes. Sua metodologia consiste em uma revisão narrativa da literatura. Apresentando como resultados os efeitos dos impactos psicossociais no que diz respeito à não aceitação e reconhecimento dessa população, a violência, transfobia, desrespeito ao nome social e uso do banheiro, gerando consequentemente como a evasão escolar dessas(es) estudantes. Conclui-se que atualmente a população transexual e travesti sofre por dificuldades na permanência nessas instituições, pois há pouco ou nenhum acolhimento, havendo necessidade de implementação de redes de apoio que garantam a efetividade e integralidade dos direitos enquanto estudantes.

**Palavras-chave:** Transexuais. Travestis. Gênero. Sexualidade. Escola.

### ABSTRACT

By studying the transgender identity, we are given the possibility of entering into the various manifestations of identities, in the recognition of the trans subject facing its constant metamorphosis experienced. Faced with this reality, the trans and transvestite subjects in the school context seek initially for this recognition, of themselves and of others, but they find an unequal space that does not welcome them appropriately. The present study aims to understand the psychosocial impacts that transsexuals and transvestites experience in their schooling. The specific objectives seek to understand how educational institutions perceive gender and sexuality relations, how they welcome the trans population, fight discrimination, act in the permanence of these students in school and how the schooling process of these students occurs. Its methodology consists of a narrative review of the literature. Presenting as results the effects of psychosocial impacts regarding the non-acceptance and recognition of this population, violence, transphobia, disrespect to the social name and the use of the bathroom, consequently generating school dropout of these students. It is concluded that currently the transsexual and transvestite population suffers from difficulties in staying in these institutions, because there is little or no reception, with the need to implement support networks that fully guarantee their rights as students.

**Keywords:** Transsexuals. Transvestites. Gender. Sexuality. School.

---

<sup>1</sup>Discente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: brunopianco20@gmail.com

<sup>2</sup>Docente do curso de psicologia da UNILEÃO. Email: francinetejunior@leaosampaio.edu.br

## 1 INTRODUÇÃO

A escola como uma instituição social, é reconhecida historicamente, como provedora de conhecimento, aprendizado, ensino, no qual, direciona os sujeitos a exercer e reconhecer seu papel diante de uma sociedade padronizada que o prepara para desenvolver suas competências que depois serão cobradas nessa mesma sociedade. Porém, estas condições são também historicamente voltadas para corpos considerados cisgêneros, corpos estes docilizados a seguir padrões normativos e heteronormativos que não fujam ou desviem de regras sociais estabelecidas, regras estas impostas para que outras expressões de gênero, sexualidade e diversidade sexual não se manifestem. Louro (1997) ressalta que as instituições de ensino não devem focar o seu viés apenas para a área do conhecimento, ou somente ser um espaço que produz e compartilha o mesmo, mas sendo um local onde a multiplicidades de identidades sejam elas de classe, gênero e étnicas se manifestem. Assim, o que ocorre nas escolas é o inverso, ao invés de trabalhar a performance de diversas identidades, acaba produzindo sujeitos normativos e disciplinados, voltado em uma identidade padronizada e sem uma perspectiva de mudança.

Nesse panorama, no presente estudo, o espaço educacional para população de estudantes transexuais e travestis são, em sua grande maioria, alvos de esquecimento e invisibilizadas no processo educativo pela maior parte do sistema de ensino, pois, a discriminação quanto a identidade de gênero, nome social desses alunos (as), afastamento ou evasão dessa população por violências geradas pelo corpo docente e por outros alunos, é um dos desafios que essas pessoas enfrentam pela sua permanência durante todo seu percurso escolar. Além disso, na maioria das vezes, o resultado da falta de suporte das instituições educacionais e da própria família é a marginalização como via de sobrevivência dessas sujeitas.

Ao apontar a relevância social, a proposta da pesquisa é delimitar o estudo sobre gênero, sexualidade e diversidade sexual dentro das instituições educacionais e como essas instituições compreendem essa relação, volta-se para a ótica de pessoas trans e travestis e suas formas de enfrentamento para permanência nesse espaço, permitindo analisar as consequências psicológicas e sociais geradas na vida desses sujeitos durante esse período. Para além, ao realizar estudos sobre a temática, possibilitará na análise da psicologia frente a discussão sobre pessoas trans e travesti e a sua relação de gênero e sexualidade, e a atuação dos profissionais com essa população, conforme as resoluções que o Conselho Federal de Psicologia (2018) onde as resolução 01/2018 que estabelece as normas de atuação e a resolução 10/2018 que atuam para a efetivação do nome social desses sujeitos.

A relevância pessoal delimita-se diante de uma experiência do pesquisador em seu estágio como psicólogo escolar, ao adentrar nesse campo, emergiu o questionamento quanto a população trans e travesti dentro do espaço educacional e como essas pessoas são vistas nesse local. Além disso, houve a preocupação de realizar essa investigação, pois, o pesquisador por também fazer parte da comunidade LGBTTQIA+, se inquieta pelas temáticas que atinjam diretamente as pessoas que fazem parte do mesmo grupo, ao ver que existe uma invisibilização diante do que ocorre com determinados grupos minoritários dentro de instituições. Dessa maneira, a pesquisa buscará compreender a atuação das instituições educacionais frente a essa demanda, como realizam as mediações frente os aspectos de evasão escolar desses sujeitos, as discriminações, violências, bullying, escolarização, nomes sociais e ao acesso aos banheiros.

Referente a importância para o meio acadêmico, trará a oportunidade de encontrar informações pertinentes que servirão de subsídios para a realização de futuras pesquisas sobre a área. Neste viés, recorrendo a um estudo narrativo de literatura para que o pesquisador e a academia encontrem novas referências acerca do tema.

Diante disso, a pesquisa busca, inicialmente, demonstrar a importância no que diz respeito ao espaço e lugar que esses corpos trans e travestis ocupam na instituição escolar. Possui como objetivos adentrar nas problemáticas psicossociais no espaço educacional. Como pergunta de partida é posto: A partir da leitura científica, De que maneira os impactos psicossociais interferem no percurso escolar e na vida de travestis e transexuais?

O artigo visa compreender os impactos psicossociais que pessoas transexuais e travestis vivenciam no percurso escolar. Discutindo sobretudo, os principais conceitos de gênero e sexualidade e como ela é compreendida na instituição de ensino; apresenta o processo de escolarização dessa população e como a escola auxilia nesse processo; e a perspectiva da psicologia na frente os aspectos impactos psicossociais e as formas de atuação dos psicólogos com pessoas transexuais e travestis.

## **2 METODOLOGIA**

Para a realização da pesquisa de dados, utilizou-se de uma metodologia de formulação teórica, considerada como uma revisão narrativa da literatura. Segundo Cordeiro et.al. (2007) as revisões narrativas são apresentadas em forma de temática aberta, cujo, a especificidade da pesquisa em questão é dificilmente definida, não havendo um rigor na elaboração, as buscas de dados não são específicas ou vastas. Em relação a seleção dos artigos, ela é arbitrária,

oferecendo ao pesquisador as informações postas em caráter seletivo e com grande intermédio de um olhar subjetivo ao assunto.

A pesquisa fundamenta-se numa abordagem qualitativa e sua classificação quanto aos objetivos será de caráter exploratório. Sobre as bases de coleta de dados, foram utilizadas as plataformas: Google acadêmico, Scielo, Pepsic, Periódicos Capes e Pubmed para a realização da pesquisa. Como critério de inclusão, foram encontradas as publicações dos últimos 10 anos, pois, devido aos últimos dois anos da pandemia de covid-19 (2020-2022) não houve produções referente a temática, assim, os achados são referentes aos antecedentes de 2019. Utilizou-se as articulações como os objetivos gerais e específicos, a partir das produções encontradas na temática em específico; em idioma da língua portuguesa, na área de psicologia, educacional e ciências sociais e humanas. Os critérios de exclusão, foram retiradas publicações com mais de 10 anos.

Para a seleção e a análise dos acervos foi realizado o critério de sistematização das ideias centrais dos autores, para compor a pesquisa, o pesquisador se baseou nos pontos principais que os autores trazem em suas publicações através de uma análise criteriosa para encontrar os subsídios essenciais para o artigo. Bem como, a utilização das palavras chaves: transexuais, travestis, gênero, sexualidade, escola através de acervos já existentes que auxiliasse no aprofundamento da pesquisa.

### **3 ASPECTOS GERAIS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE**

Inicialmente, a noção sobre as relações de gênero ganhou força a partir dos movimentos feministas americanos da década de 1960 (se concretizando nos anos 80), que cravaram uma luta pela igualdade de direito baseado no sexo, pois, entendia a existência de uma dominação masculina em todos os âmbitos e que a parcela da população feminina era excluída da maioria desses espaço. Na época, a terminologia de gênero indicava uma rejeição quanto ao uso dos termos sexo ou diferença sexual, assim, o gênero definia estudos voltados a falar sobre mulheres e homens de forma separada e específica, de tal maneira, que a produção aos estudos femininos eram realizados de forma isolada e estreita, limitando mulheres a único espaço e local como pertencentes a elas e não a outros espaços. Dessa forma, as mulheres e homens eram definidos como pessoas que não poderiam ser estudadas de maneira separada para a compreensão da existência de igualdade de gênero em ambos os sujeitos (SCOTT, 2012).

Ao abordarmos a questão referente a gênero, muitas vezes esse termo pode ser confundido ou utilizado erroneamente fazendo menção ao sexo biológico. Dessa forma, ao

enfazarmos sobre o que é gênero, iremos referi-lo como aspectos sociais que se relaciona ao sexo e as construções sociais inferidas. Diante disso, Lima (2020), aponta que o gênero pode ser compreendido como uma das identidades (étnica, sexual, classe) no qual integram cada indivíduo, assim como, os aspectos culturais e sociais que as constitui e contribui para formação do pensamento sobre gênero. Destarte, podendo ser também uma autopercepção do sujeito: conforme Jesus (2012, p.8) ‘‘O que importa, na definição do que é ser homem ou mulher, não são os cromossomos ou a conformação genital, mas a autopercepção e a forma como a pessoa se expressa socialmente.’’

O gênero pode ser analisado também como uma forma de representação, segundo Lauretis (1994), essa representação é alusivo a uma relação de pertencer a um grupo, uma categoria, classe, ou seja, construí uma relação com uma entidade, se referindo a uma pessoa, e atribui a ela determinada posição em uma classe, dessa forma, a autora afirma que gênero não diz respeito a um sujeito e sim a uma relação, representa um indivíduo em uma classe.

Ao referirmos que gênero é construído socialmente e culturalmente, evidenciamos que desde o nascimento, meninos e meninas, são ensinados a seguir determinados padrões de comportamento e formas de agir de acordo com o que é imposto, sobre o que é ‘‘ adequado ‘‘, começando pelas brincadeiras e brinquedos de ‘‘ meninas ‘‘ e de ‘‘ meninos ‘‘, a maneira de se vestir, falar, se apresentar de forma que corresponde ao papel de gênero que lhes foi atribuído (JESUS, 2012).

A questão social permeada sobre as diferenças entre homens e mulheres que é constituída desde a infância, se mostra de maneira ‘‘ natural ‘‘, pois é influenciada pelo convívio social, onde ditam que os papéis do que é ser homem e ser mulher são determinantes a partir de seus órgãos genitais e que devem cumprir com o que lhes foi designado, entretanto, o que de fato constitui nossa identificação como homens e mulheres, não é o fator biológico, e sim o social. Outro viés, é a questão cultural, ser masculino ou feminino, é uma questão relativa em algumas culturas, pois como nós nos apresentamos para o mundo é singular, dependendo de onde estivermos, assim, ser homem ou mulher, masculino ou feminino, é uma questão de gênero em si (JESUS, 2012).

Ao aprofundarmos sobre a temática, verifica-se as ramificações, no qual, ajuda compreender como os sujeitos atribuem o aspecto da identidade de gênero para designar-se diante do meio social. Lima (2020) afirma que, a identidade de gênero está relacionada com afinidade que se demonstram os gêneros masculinos e femininos, como as pessoas se identificam diante desses e como situam com o mundo que estabelece essas identidades de gênero, dando exemplo, a travestilidade e transexualidade.



A transexualidade é uma das identidades de gênero, no qual, uma pessoa que nasceu biologicamente com determinada característica física de um gênero, porém, ao longo de sua vida, essa pessoa se compreende pelo outro gênero. Dessa forma, segundo Jesus (2012), ao longo da história, essas pessoas sempre foram identificadas, porém, foi com os avanços da medicina, que permitiram que fosse possível alcançar a identidade quase idêntica de homens e mulheres cis, dessa forma, pessoas transexuais lidam de maneiras diferentes e em graus diferentes o próprio processo de identificação, uns desde a infância e outros tardiamente. De forma geral, pessoas transexuais sentem que seus corpos não estão adequados da maneira que pensam, da forma que se enxergam, e necessitam realizar algumas alterações, adequando seus corpos com a imagem de gênero que se reconhecem, uso de vestimentas, tratamentos hormonais e procedimentos cirúrgicos. É essencial essas características, para que, estes indivíduos possam expressar e exteriorizar o que eles(as) são, seja no uso do banheiro correspondente a sua identidade de gênero ou pelo seu próprio nome social.

Relativo às pessoas travestis, elas foram designadas como homens no seu nascimento, porém não se reconhecem em algumas características tanto masculinas, quanto femininas. De acordo com Jesus (2012) as travestis vivenciam papéis de gênero feminino, porém, não se identificam como homens ou como mulheres, mas como membras de um não gênero ou terceiro gênero, e que independente da maneira que se reconhecem, preferem ser tratadas no feminino, ao contrário, se sentem ofendidas quando usado pronomes masculinos ao referi-las.

A problemática do estigma social representa fortemente essa população, pois, são marginalizadas em qualquer espaço que queiram ocupar, seja nas escolas, nos espaços públicos, nas empresas, nas instituições, assim, encontrando formas de sobrevivência através da prostituição na maioria dos casos (JESUS, 2012).

As definições de ambas as categorias de transexuais e travestis podem coexistir e haver uma interface, pois, há uma aproximação na demarcação das terminologias. Conforme Leite Júnior (2008), as definições durante o resgate ao longo da história formularam que corpos, identidades sexuais, a masculinidade, feminilidade e seus limites, nunca existiram, tal qual, para pessoas transexuais e travestis teriam o mesmo viés, pois, antes eram retratos e reconhecidos como hermafroditas. Por conta disso, o que se encontra atualmente é a tentativa de categorizar ambos os grupos para dizer que tipo de indivíduos estão se referindo, classificando-os em uma tentativa de distinguir e, ao mesmo tempo, impor um poder dentro desses grupos para ditar o que são e como se diferenciam. A partir disso, o autor critica que a tentativa dessa categorização representa a impossibilidade de um estudo que possa dizer que as experiências e vivências dessas populações ocorrem de forma distintas, pelo contrário, sucedem de maneira bastante

semelhante. Outro ponto, é que pelo embate da própria identidade ou identificação pelas próprias pessoas trans, não há um determinante ou limiar claro das próprias identificações que demonstra que as pessoas possam se reconhecer como travestis ou transexuais etc.

Frente a essa questão, podemos realizar uma interligação da problemática com as tecnologias de gênero, que segundo Lauretis (1994) se baseou na teoria foucaultiana, para explicar que as tecnologias são ferramentas que atuam ao lado das relações de poder e seus discursos na construção da subjetividade, ou seja, a tecnologia de gênero diz respeito às técnicas, práticas, discursos e procedimentos para produzir indivíduos que se identifiquem como meninos e meninas, homens e mulheres.

A autora ressalta a importância de desassociar gênero da diferença sexual, ao se referir ao gênero como um produto de diversas tecnologias: do imaginário, da linguagem etc. Assim, para ela, o gênero por ser produzida por algumas tecnologias, nomeando-a como maquinaria de produção e tecnologia sexual, revelando que são formas de discurso que colaboram com instituições de estado; a exemplo da família e escola que elaboram a concepção de homem e mulher para todos os indivíduos e exercitam discursos e práticas discursivas autoritárias de outras instituições do estado (LAURETIS, 1994).

Ao introduzir sobre o aspecto da sexualidade, de maneira geral, seria o modo íntimo mais característico de qualquer sujeito, no qual, define-se diferentemente de acordo com as experiências e vivências de cada ser. A busca de prazer, atração por outros indivíduos do sexo oposto ou do mesmo sexo, marcam as características sobre o conceito. Dessa forma, Jeffrey Weeks (1999, apud GOELLNER, 2011) ressaltam que a sexualidade seria o modo onde as relações, identidades, comportamentos, crenças são construídas socialmente e moldadas para que mulheres e homens possam seguir, como também, a sua maneira de viver seus próprios prazeres e desejos com o outro. Nesse contexto, o termo orientação sexual é nomeado para dizer sobre as diversas possibilidades de desfrutar da sexualidade e designar como cada pessoa gostaria de exercê-la. Assim, Barbosa e Guizzo (2014, p.16) complementam que “A sexualidade se expressa através do nosso corpo e da relação com nossas imaginações, desejos, fantasias, símbolos e padrões culturais”

Outrossim, no viés da pluralidade, é discutida a inexistência de um único locus para vivenciar, de maneira sadia e correta, a sexualidade. Pois, ao longo da vida de um indivíduo, ele pode se apresentar de diversas maneiras quanto a sua identidade ou orientação sexual, sejam, homossexual, bissexual ou heterossexual etc (GOELLNER, 2011).

A sexualidade por ser socialmente construída e historicamente modelada, está intrinsecamente interligada com as relações de poder. Foucault (1988, p.100) conceitua a sexualidade como um dispositivo histórico:

não à realidade subterrânea que se apreende com dificuldade, mas à grande rede da superfície em que a estimulação dos corpos, a intensificação dos prazeres, a incitação ao discurso, a formação dos conhecimentos, o reforço dos controles e das resistências, encadeiam-se uns aos outros, segundo algumas grandes estratégias de saber e de poder.

A partir desse conceito, Foucault dá margem para discussão de uma diversidade de dispositivos que servem para a manutenção do controle e poder social, como o dispositivo de aliança que faz menção ao sistema matrimonial, a formação de parentescos, a troca de bens, porém, perde sua força posteriormente, sendo superado, mas não deixado de lado, pelo dispositivo da sexualidade (FOUCAULT, 1988).

Diante disso, o autor articula este dispositivo da sexualidade com o de aliança e o descreve inicialmente como aquele que volta-se para um parceiro sexual, e que ambos trabalham com o viés de controle social. A ideia dispositivo de aliança parte de um sistema de regras que definem o que é concedido e o negado, a trama das relações e a manutenção da regra que a governa, vínculo dos parceiros com condições acordadas, ou seja, de maneira geral, a proposta é manter um vínculo privilegiado com a ordem. Já o dispositivo da sexualidade inclina-se para noção das formas de controle, controle dos corpos, das razões de ser, das reproduções, e de controle populacional de maneira global (FOUCAULT, 1988).

A partir das contribuições de Foucault, podemos realizar uma relação com Jeffrey (2010) onde o autor fala sobre ideia de sexualidade como domínio unificado que veio a partir da burguesia, no qual, está atrelado com o conceito de dispositivo da aliança e sexualidade, pois, se desenvolvia em um pensamento da classe da “moral” e “bons costumes” que não poderiam ser discutida a temática e que se diferenciava de classes inferiores, porque acreditavam que essas classes menos favorecidas estavam à margem da promiscuidade onde a sexualidade era explorada entre os indivíduos.

Neste viés, as relações de poder buscam concretizar a manutenção do controle social dos dispositivos, ao implementar as instituições sociais. Segundo Nascimento et al. (2015) às relações de poder podem ser caracterizadas pela terminologia de “jogos de poder” e saber, nos quais, as instituições, organizações e leis reproduzem discursos de como os sujeitos devem se portar e agir dentro e fora delas, ao alegar que esses indivíduos não têm poder para confrontar o que é imposto, e partir disso, esses sujeitos passam a reproduzir tais discurso e tomam para si

mesmos como verdade, sendo atravessados ao entenderem como funciona a relação com esses micropoderes. Assim, ao relacionarmos com a sexualidade, percebemos que as instituições e a sociedade manipulam as formas de viver e experienciar dos indivíduos, impondo que as pessoas sigam um determinado modelo imposto.

#### **4 RELAÇÕES DE GÊNERO E AS MANIFESTAÇÕES DA SEXUALIDADE NO AMBIENTE ESCOLAR: O PROCESSO DE ESCOLARIZAÇÃO DE TRANSEXUAIS E TRAVESTIS.**

Frente às discussões sobre gênero e sexualidade, podemos compreender como as instituições de ensino compreendem essa relação e implementam essas questões em sala de aula. Assim, ao trazer o debate para o campo escolar, poderá ser observado múltiplas dificuldades, visto que, essas questões ainda não são levadas em consideração nas grades curriculares, pois, como sujeitos permeados por uma sociedade regradada em valores morais e que prevalece o status quo de normalidade heteronormativa no espaço escolar, é necessário seguir tais normas. Como apontam Araújo e Barros Junior (2016), que de um lado há sujeitos que defendem que possa ser discutida a temática na educação, de outro, a frente parlamentar cristã no congresso nacional, buscam qualquer argumento para a não implementação de tais discussões.

Ao relacionarmos esse conservadorismo implementado no sistema de ensino que impede o debate sobre a temática, observamos que nas instituições é algo que ainda necessita ser bastante trabalhado, no que diz respeito, para uma educação para diversidade sexual e de gênero. Segundo Bohm (2009) as instituições de ensino não são acolhedoras com as diferenças identitárias, sejam elas, de raça, etnia, classe social e sexual. Sobre quem toma a responsabilidade da educação para diversidade, aponta Bohn (2009, p.42) “ Ficando a critério particular dos/as professores/as a abordagem de tal questão bem como a seleção de materiais didáticos e paradidáticos relacionados.” Porém, uma parcela dos educadores não conseguem dialogar ou se aprofundar na temática em questão por muitas vezes não terem experiências ou vivências que consigam aproximar o tema com os alunos, assim, havendo uma certa esquivia para tratar do assunto.

Já Braga (2002) ressalta o papel e a responsabilidade do educador no processo da educação sexual desde a infância, ao discutir que esse papel é fundamental para o desenvolvimento da criança nessa fase da aprendizagem, pois o professor cumpre a função como mediador e se coloca como um modelo de identificação sexual desses estudantes,

transmitem de maneira sutil e singela a discussão sobre sexualidade. Porém, ainda hoje as escolas cumprem o papel de interferência na construção da sexualidade dos alunos e que necessitaria ser revisto e colocado como pauta nas grades curriculares. Frente a temática, Da Costa (2022, p.30) ressalta a importância do educador no empenho de promover discussões para construção das identidades de cada aluno em sala:

As formulações de conceitos relacionados à sexualidade e a orientação sexual, é que permitirão aos educadores romper com as ideias socialmente estabelecidas que rodeiam a educação de crianças e jovens. As relações de gênero precisam ser construídas com o intuito de desmistificar os padrões construídos de acordo com as diferenças biológicas. Pois, deve-se considerar que todos os sujeitos possuem liberdade para construir sua identidade da forma mais justa e igualitária possível.

Porém, não é bem a realidade da maioria das instituições de ensino, onde se observa uma carência dos profissionais da educação no domínio sobre as questões de sexualidade e de gênero, o que impossibilita ainda mais o processo de reconhecimento e desconstrução dos alunos frente ao assunto. Dessa forma, Da Costa (2022) diz que mesmo que haja planos de inclusão por diversos segmentos na escola, é necessário reconhecer que esse espaço não serve somente para transmitir e construir conhecimento, e sim, um local onde engendra indivíduos e subjetividades.

Ao dissertar sobre o lugar de responsabilidade que impõem ao educador nesse processo da educação para a diversidade sexual, Castro (2009) refuta não colocar somente a responsabilidade desse saber nos educadores, mas também da equipe escolar como um todo. Os componentes que fazem parte do núcleo escolar devem atuar juntos nessa educação, devem estar preparados para diálogos, debates e discussões sobre o assunto, porém, para isto, necessita-se de um estudo sobre episódios nos quais alunos(as) passaram por situações vexatórias por questões de gênero e sexualidade, para que assim a escola possa implementar projetos voltados para o assunto. Dessa maneira, caso não haja esses espaços e projetos para serem discutidos e debatidos nas instituições de ensino, irá dar margem para fatores psicossociais que influencia na trajetória acadêmica de pessoas Trans, Travestis e a população LGBTQIA+ como um todo, no qual, possam sofrer possíveis discriminações, violências, repressões, por parte dos demais alunos que não tem acesso a uma educação voltada à diversidade.

Quanto à proposição e atribuição de responsabilidade sobre a temática, podemos pensar na possibilidade da construção de um currículo multicultural que as escolas possam elaborar para incluir as discussões sobre gênero, sexualidade e diversidade durante as aulas. Segundo

Gonçalves (2012) a construção desse tipo de currículo irá corroborar a desconstrução de ideias estabelecidas dos alunos e combaterá as injustiças sociais de minorias. O objetivo último é desestabilizar as relações de poder através da valorização de saberes e culturas que os alunos carregam consigo, e ao mesmo tempo, criticar e reconhecer que determinados discursos e práticas que subjagam tais minorias é fundamental para a compreensão desses estudantes de como funciona o processo de opressão a esses sujeitos.

Frente a essa questão, no espaço escolar, podemos percorrer sobre a problemática do processo de escolarização de pessoas Transexuais e Travestis, podemos dizer, as instituições de ensino daram pouca ou nenhuma importância a essa população e seu processo de aprendizagem. Nesse sentido, Bohm (2009) ressalta sobre os desafios que estas sujeitas enfrentam em permanecer nas instituições educacionais. Representa um desafio, pois, as instituições educacionais seguem princípios que regem a heteronormatividade e não abrem espaço para as diversidades. No caso de pessoas transexuais e travestis, são raras as situações onde há ingresso, permanência e resistência dessas sujeitas, uma vez que a relação dessas pessoas com os demais colegas é atravessada pelo bullying, com professores e gestores escolares, pela falta de assistência a essas situações, proibições quanto a própria vestimenta, recusa do seu nome social, uso dos banheiros etc. Esses aspectos reforçam o não pertencimento que essas pessoas sentem nesse espaço, de não encontrarem figuras nos quais se representem e que as enxerguem como alunas(os) que desejam exercer os mesmos direitos que os demais colegas, o de aprender.

Diante disso, uma pesquisa realizada com professoras transexuais brasileiras a respeito de suas vivências durante seu percurso escolar, Franco e Cicillini (2015) ao entrevistarem uma professora chamada Geanne, sobre os aspectos de gênero e sexualidade, perguntaram se o espaço escolar era um lugar hostil para a população trans em geral, dessa forma, a professora Geanne (EMBU-SP, 2015. p.334) responde:

[...] a interação destas pessoas em espaços institucionais, e aqui falo em especial da instituição “escola”, torna-se para as travestis uma experiência cruel, já que a permanência delas nestes espaços, quando se mantêm, é constantemente atravessada pela hostilidade, pela imposição de modelos de vida e de condutas heteronormativas, que reiteram a ideia da representação travesti como anormal, não-natural e monstruosa.

Nessa situação, podemos observar os obstáculos que essa população enfrenta para alcançar sua formação nas instituições educacionais tanto no ensino básico quanto no ensino superior.

Atualmente, o que vem se implementando para auxiliar esses estudantes para alcançarem os demais degraus após o ensino básico, segundo Lima (2020) são projetos elaborados por ONGS para a escolarização voltados exclusivamente para a população transexual e travesti: Coletivo Transformação, realizado em São Paulo (SP), o TransEnem e a ONG TransVest, em Belo Horizonte (MG) e Porto Alegre (RS), o Prepara Trans, em Goiânia (GO), o Prepara, Nem!, no Rio de Janeiro (RJ), e o Transviando o Enem, em Salvador (BA). Todos esses cursos preparatórios auxiliam para que essas pessoas consigam realizar vestibulares, exames e cursos para o ingresso nas universidades públicas e particulares.

## **5 IMPACTOS PSICOSSOCIAIS ENFRENTADOS PELA POPULAÇÃO TRANSEXUAL E TRAVESTI NO ESPAÇO ESCOLAR**

Ao falarmos sobre experiências de pessoas trans e travestis vivenciam durante o período escolar, podemos evitenciar, que existe uma força nessa população para encarar os diversas barreiras que a sociedade heteronormativa impõem sobre elas(es), porém, até que esses sujeitos conquistem ou não essa potência que as(os) movimentam, passam por processos que começam desde a infância até a adolescência, onde emerge a descoberta da própria sexualidade e da sua identificação de gênero.

Sobre os enfrentamentos dessa população, Zucchi et al. (2019, p.3) ressalta que:

Embora as investigações sobre discriminação e violência contra pessoas transexuais ainda sejam incipientes, os dados disponíveis, frequentemente obtidos com a participação de organizações não governamentais, apresentam uma realidade alarmante, caracterizando uma violência que acomete e atravessa a trajetória de vida das travestis e mulheres transexuais em todos os contextos e situações sociais.

Assim, a partir desse momento, muitas histórias serão marcadas por exclusões e violências, onde na maioria das vezes dão início no próprio ambiente educacional, no qual, deveria ser mantenedora de inclusão e acolhimento a toda a diversidade.

No contexto escolar, as violências e discriminações contra a população trans são bastante visíveis, pois, desde de sua inserção na educação, esses sujeitos são marcados(as) como pessoas fora do padrão cisgenero, no qual não são consideradas bem-vindos(as). Uma das discriminações que mais acometem essas pessoas em primeira instância é a transfobia, segundo O observatório de educação LGBT (2013) a transfobia é caracterizado como medo ou desprezo a transgêneros ou trassexuais, ou seja, os individuos que elaboram esse medo tem receio que as outras pessoas a imagem como uma pessoa homossexual ou de outra identidade de gênero. O desprezo, volta-se a essas sujeitas(os) com expressão ou identidade de gênero diferente do que

é esperado pelo seu sexo biológico e pelo que a sociedade impôs. Isto é, o não conformismo e aceitação de outras identidades de gênero levam algumas pessoas a um desconforto ao pensar que esses sujeitos não podem pertencer a um lugar ou espaço, levando posteriormente, a comportamentos de violência verbal ou física contra essa população.

Nesta relação, surgem os casos de transfobia dentro do espaço, apontado por Vasconcelos (2018) como bastante comuns com alunas travestis e transexuais cursando o ensino fundamental e/ou médio, no qual, estão no processo de transição, identificação e aceitação de sua própria identidade, dessa forma, sendo um desafio bastante difícil para essas pessoas e principalmente para toda gestão escolar, visto que, seguem as normas e preceitos estabelecidos machistas e heteronormativos implementados desde da criação dessas instituições escolares, é uma barreira que necessita-se fazer emergente a desconstrução em prol do respeito a essas pessoas.

No espaço escolar, o conceito de Bullying Transfóbico é atribuído para designar a prática de discriminação contra a população trans, essa prática ocorre em situações que levam a violência psicológica como “ piadas “, insultos, intimidações, deboches, como também, ao ponto das violências físicas como empurrões, socos, chutes e outros tipos de agressões que podem ferir e integralidade do sujeito. Esses comportamentos acabam gerando o sentimento de vulnerabilidade, sofrimento, exclusão, tristeza por parte da vítima e que faz com que se culpe pela violência sofrida e internalize e justifique a transfobia que sofreu (GOMES, 2014).

A partir disso, mediante essas violências, a evasão escolar, como o seu abandono e sentimento de fracasso escolar são fatores presentes nas vivências dessas pessoas que conseqüentemente tomam essas atitudes para evitar as discriminações e preconceitos. Segundo Salvador (2021) para a população trans, o fracasso não está associado a falta de estudos, e sim na inviabilidade de permanecer em um local que não se sente pertencente e na dificuldade de se dedicar sua atenção às aulas, tendo que encarar os olhares e retaliações de colegas, até mesmo, a própria maneira no qual o corpo docente dá atenção ao que acontece com essas pessoas faz com que elas(es) não queiram permanecer na instituição.

Assim, Vasconcelos (2018) aponta que a evasão escolar pode ocorrer pela quebra de padrões heteronormativos e Louro (1997) ressalta que as instituições escolares reforçam a constituição de sujeitos masculinos e femininos heterossexuais e que nesse mister, é o padrão que deve ser estabelecido e seguido, subscrito no que sociedade prevalece sobre o que é ser homem ou mulher cisgênero. Refuta, a necessidade das instituições de vigiar os alunos e alunas na permanência do padrão heterossexual para não “ revelarem “ suas próprias identidades e sexualidades, no status quo de regras do espaço educacional.



Ao referirmos sobre o enquadramento de regras que são impostas aos estudantes, a própria instituição acabar por ela mesma, desrespeitando e deslegitimizando as pessoas que compõem esse espaço, exigindo que as normas institucionais sejam respeitadas, porém, em algumas situações, desconhecem direitos básicos dessas(es) estudantes que precisam que o seu lugar, nome e necessidades sejam legitimados, no caso, o nome social e o uso do banheiro por pessoas trans e travestis. O nome social de acordo com Alves, Silva, Moreira (2016, p.329) “ designa o nome pelo qual sujeitos travestis e transexuais preferem ser chamados cotidianamente, uma vez que o nome civil ou de registro não reflete sua identidade de gênero “.

A respeito do uso do nome social nas instituições de ensino, o Ministério da Educação (2018) estabeleceu uma resolução nº1 de 19 janeiro de 2018 no Art. nº 2 que breve a possibilidade de nome social de menores travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica, sendo necessário um representante legal para que a(o) estudante possa ser chamado pelo nome condizente com a sua imagem. A resolução articula também as formas de implementação e elaboração que os sistemas de ensino precisam adotar para criar projetos pedagógicos e propostas curriculares que combatam quaisquer formas de discriminação decorrente da orientação sexual e identidade de gênero de estudantes, professores, gestores, funcionários etc (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2018).

Nesse sentido, Lima (2017) discute sobre a problemática do impacto social alunas(os) trans e travestis na legitimidade do uso do nome social no percurso escolar, discorrendo sobre o quanto pode ser difícil a permanência dessas(es) jovens nas escolas por conta da dificuldade das instituições aderirem em primeira instância o nome social, ao convocar a pessoa pelo seu nome civil, gerando nessas pessoas o sentimento de desconforto e desrespeito. O problema poderá aumentar, segundo a autora, caso a criança ou adolescente não tenha o apoio dos pais, mesmo eles cientes de sua identidade de gênero, ignorando-a e a matriculando com o seu nome civil.

Intercala-se a problemática a utilização dos banheiros, Nery (2015) aponta que as escolas enfrentam ainda um sério problema quanto a distinção de gênero nos banheiros escolares, pois, ainda é pautado a noção que a sua utilização é voltada na compreensão social de sexo biológico, sem se importar com sua expressão, e sim dando ênfase no órgão genital. Essa questão traz à tona sérios problemas para os estudantes trans dessa instituição, visto que, algumas evitam o uso do banheiro, retendo a micção e causando sérios problemas de ordem fisiológica nas vias urinárias, ou seja, mostrando que essas alunas(os) partem para um viés de

um menor dano, do que passar por situações vexatórias, violentas, humilhantes e preconceituosas nesse espaço.

Ao buscar alternativas para solucionar a questão, surge a discussão da criação de um terceiro banheiro para esses estudantes, uma forma de “ inclusão ” que não alteraria as normas de gênero da instituição, porém, isso poderia se tornar mais um estratégia de exclusão, discriminação, segregação da diferença e reforçaria a separação do convívio e respeito a diversidade dos demais alunos para a população trans. (ALVES; MOREIRA, 2015). Dessa forma, a efetiva resposta diante dessa problemática seria com a mobilização da escola no acolhimento a todos(os) estudantes trans e de práticas de inclusão e que abrangem pautas de discriminação e preconceito e essas pessoas, dessa forma, ao discutir sobre essas questões, abre-se espaço para a mudança dessa realidade (DE OLIVEIRA JUNIOR; MAIO, 2016). Destarte, como qualquer outro indivíduo, pessoas trans e travestis necessita experienciar aquilo que elas(es) são, quando são enxergadas como seres humanos, acolhidas pelo seus nomes, e não as restringindo de espaços, principalmente de banheiros e demais locais que possam expressar suas próprias identidades (JESUS, 2012).

Nessa conjuntura, a psicologia adentra-se nessa questão e contribui para o combate a discriminação e no reconhecimento desses corpos, sujeitas(os) e subjetividades. De acordo com o Código de Ética Profissional do Psicólogo (2005) e o princípio fundamental II “ O psicólogo trabalhará visando promover a saúde e a qualidade de vida das pessoas e das coletividades e contribuirá para a eliminação de quaisquer formas de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. ” (p.7). A partir desse princípio, pode-se pensar na diversidade e nas diversas formas de expressões de gênero e sexualidade, e o que é possível realizar em prol da quebra de estigmas voltada a essas(es) sujeitas(os), principalmente, relacionado a população trans.

A partir dessa discussão, pensa-se nas inúmeras formas para resolução da problemática, no que diz respeito na atuação a pessoas trans, travestis entre outras. Diante disso, O Conselho Regional de Psicologia (2011) realizou no ano de 2011 um debate sobre a pauta de patologização das identidades trans, e abordou as questões sobre estigmas, posturas discriminatórias que contribuem para a marginalização dessa população. Trouxeram essa reflexão a partir do pensamento social que a transexualidade e a travestilidade eram tipos de transtornos e que havia a necessidade de reconhecimento de suas existências no âmbito social e não como sujeitas(os) classificadas em um determinado transtorno.

Para auxiliar essa população a minimizar as ocorrências de discriminação no contexto escolar, entra em cena trabalho do psicólogo na inserção desse espaço para contribuir no

combate a situações segregantes que afetam o campo afetivo, emocional, social e das relações dessas(es) indivíduos(os). De acordo com o Conselho Federal de Psicologia (2018) na resolução 01/2018 do Art. 1º a atuação do psicólogo será voltada a reflexão sobre questões preconceituosas, discriminatórias e vexatórias contra pessoas transexuais e travestis, a fim de eliminar estigmas sobre essa população.

Dessa forma, o profissional atuará também conforme a resolução 01/2018 do Art. 7º no combate a despatologização das identidades de gênero, reconhecendo essas identidades, legitimando o direito de ser dessas pessoas (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). Esse processo de despatologização se refere à luta pela retirada das identidades de gênero como doença pela classificação internacional de doenças, a CID, e esse processo de reformulação se iniciou em 2008 na Organização Mundial de Saúde (OMS) (PRADO, 2018).

Dessa forma, para auxiliar nessa luta, uma nota sobre o processo transexualizador e demais de assistência (2013) às pessoas transexuais foi emitida, orientando a atuação do psicólogo na promoção da saúde mental da população, no acompanhamento psicológico dessa pessoa frente ao seu processo, de acordo com a portaria nº 1.707/2008 do Ministério da Saúde, que aponta a psicoterapia como um acompanhamento importante para o usuário para o processo de elaboração sobre suas questões sociais e pessoais, principalmente, relacionado a tomada de decisão da cirurgia transgenitalização e as alterações possíveis no seu corpo.

A partir dessas discussões que, atualmente, é implementado também na resolução 01/2018 do Art 7º sobre a atuação do psicólogo na promoção de diálogos que desconstrua a noção patologizante e permita que a população trans tenha uma maior abertura para as manifestações de suas identidades e que desenvolvam sua autonomia. (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2018). A atuação também pautará, sobretudo, em um modelo não patologizante ou correção da transexualidade e travestilidade, sem normatizar as experiências e manifestações de gênero dessas(es) sujeitas(es), e sim, trabalhar na manutenção de uma qualidade vida. saúde mental e garantia de direitos. considerando suas vivências como legítimas e suas jornadas como únicas e ímpares (CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA DO PARANÁ, 2018).

Em síntese, referente à atuação do profissional no campo escolar, segundo Perez (2010) o psicólogo poderá construir espaços sobre diálogos sobre a temáticas de diversidade sexual, gênero, sexualidade, movimentos trans e LGBTQIA+ com alunos a fim de promover espaços de desconstrução, descriminalização e acolhimento dessa população na permanência na instituição educacional, como também, possibilitar outros tipos de discussões pertinentes que

se cruzem com a temática, como racismo, machismo, homofobia, lgbtqia+fobia para tornar o ambiente educacional um local seguro para todas(os) esses estudantes.

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A concepção de gênero na atualidade vem se modificando a partir da conquista de direitos de pessoas que buscam a legitimidade de suas próprias identidades de gênero, assim como, na inclusão e reconhecimento delas(es) de um lugar no âmbito social, educacional, institucional. Em vista disso, é sabido que as identidades transexuais e travestis são constantemente atravessadas, pois antes eram idealizadas e moldadas anteriormente, para depois haver o reconhecimento daquilo que se é, entrando no processo de rearranjo, confrontos e embates que marcam suas trajetórias. Assim, o estudo mostrou os obstáculos que a população transexual e travesti enfrentam no percurso escolar e de que forma isto poderá afetar suas vidas fora desse espaço.

A passos lentos e graduais, diversas definições e modos de garantir que esses direitos, tal qual, o combate a discriminação e preconceito vem sendo efetivado e ganhando espaço, porém, é necessário que se debata, discuta, escute, acolha vivências e experiências da população trans para compreender os atravessamentos, dificuldades, vulnerabilidades, trajetórias que afetam o percurso de suas vidas, dessa forma, o ambiente escolar tornar-se um lugar propício para o diálogo sobre essas questões e como ferramenta de transformação ao trazer a diversidade para a educação dos estudantes. Entretanto, em muitas instituições, essa ideia permanece infundada, tornando seu espaço aversivo, violento, segregador e discriminatório as pessoas trans, travestis e as demais comunidades.

O entendimento acerca das consequências e vulnerabilidades que a população transexual e travesti sofre no meio educacional serviu de pretexto para a realização da pesquisa. Entender os desafios dessas(es) estudantes no percurso escolar, é observar a dimensão de uma desigualdade social dentro de uma instituição que deveria amparar a todos e cumprir com o seu papel de formar cidadãs(os) conscientes que busquem viver em uma sociedade em prol do respeito às diferenças.

Durante a produção do artigo, é possível visualizar que as problemáticas a respeito do impacto do não reconhecimento dessas sujeitas(os) nesse espaço provocam mudanças radicais em suas vidas a médio prazo, como convivência com atos discriminatórios de outros colegas, transfobia, bullying, desrespeito ao uso do nome social e ao banheiro. A longo prazo, citamos a evasão escolar, o abandono familiar pela não aceitação, exclusão social e falta de oportunidade

de empregos formais que conseqüentemente realocam essa população para a prostituição como via de manutenção de um sistema higienista e de marginalização social que segrega e impõe o meio de sobrevivência dessas pessoas.

O objetivo deste trabalho foi obtido, tornando-se possível estabelecer discussões frente ao tema através das investigações acerca dos impactos psicossociais que a população trans e travestis têm no percurso escolar. Decorrendo durante a finalização da pesquisa, a análise do papel do psicólogo nas instituições de ensino traz uma contribuição essencial para a melhoria do espaço escolar em detrimento ao desenvolvimento de projetos e ações que minimizem as questões discriminatórias contra a população trans e outros grupos, na permanência dessas(es) estudantes na escola e que sejam realizados trabalhos com toda a gestão escolar em prol ao acolhimento e suporte para que essas(es) estudantes se sintam pertencentes nesses espaços.

Por fim, observou-se no decorrer da pesquisa uma carência de novos estudos e pesquisas recentes relacionados à temática sobre a população trans e seus enfrentamentos no ambiente escolar e atuação do psicólogo escolar com essas pessoas, sobretudo, no cenário da epidemia de covid-19. As investigações sobre esse público e as instituições de ensino durante esse período diminuíram, trazendo dificuldades na atualização do tema e uma escassez nos achados, assim, recomenda-se a realização de novas pesquisas sobre assunto com a finalidade de compreender o atual panorama desses estudantes nas escolas.

## REFERÊNCIAS

ALVES, C. E. R.; SILVA, G. F.; MOREIRA, M. I. C.. A política pública do uso do nome social por travestis e transexuais nas escolas municipais de Belo Horizonte: uma pesquisa documental. **Revista Pesquisas e Práticas Psicossociais**, v. 11, n. 2, p. 325-340, 2016.

ALVES, C. E. R.; MOREIRA, M. I. C. Do uso do nome social ao uso do banheiro:(trans) subjetividades em escolas brasileiras. **Quaderns de Psicologia**, v. 17, n. 3, p. 59-69, 2015.

BARBOSA, D. M.; GUIZZO, B.S. Gênero e Sexualidade: interfaces entre as diretrizes curriculares e práticas pedagógicas. **Revista de Iniciação Científica da ULBRA**, v. 1, n. 12, 2014.

BOHM, A. M. **Os ‘ Monstros ‘ e a escola: Identidade e escolaridade de sujeitos travestis**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2009.

BRAGA, E.R.M. Sexualidade Infantil: **Uma investigação acerca da Concepção das Educadoras de uma Creche Universitária sobre Educação Sexual**. Assis – SP. UNESP – Universidade Estadual Paulista/Campus Assis, Mestrado (Dissertação), 2002.

CASTRO, F.F.; **Dúvidas e dificuldades de educadores sociais de um centro social de Maringá**. Monografia apresentada ao Departamento de Fundamentos da Educação como requisito para obtenção do título de Especialista da Universidade Estadual de Maringá. Maringá/Pr. 2009.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/05, 2005.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 01/2018, 29.Jan.2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional dos Psicólogos**, Resolução n.º 10/2018, 27.Mar.2018.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Manifesto pela despatologização das identidades trans**. São Paulo, 2011. Disponível em: <[http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiqueolho\\_ver.aspx?id=365](http://www.crpsp.org.br/portal/midia/fiqueolho_ver.aspx?id=365)>. Acesso em: 8 nov. 2022.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA-CFP. **Nota técnica sobre processo transexualizador e demais formas de assistência às pessoas trans**. 2013.

CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA – PR. **Nota técnica CRP-PR02-2018**. (2018) Disponível em : <<https://transparencia.cfp.org.br/wp-content/uploads/sites/9/2019/01/n-t-002-2018>>.

CORDEIRO, A. M. et al. Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Revista do Colégio Brasileiro de Cirurgiões**, v. 34, p. 428-431, 2007.

DE BARROS JÚNIOR, J. M.; DE ARAÚJO, S. A. **Gênero, Identidade e diversidade sexual: Discussões necessárias no âmbito escolar**. 2016.

DA COSTA, M. E. et al. **“Cis” tema de educação e alunas travestis e transexuais: Representações Sociais de professores e professoras da rede pública de Belo Horizonte**. 2022.

DE OLIVEIRA JUNIOR, I. B.; MAIO, E. R.. Re/des/construindo in/diferenças: a expulsão compulsória de estudantes trans do sistema escolar. 2016. **Revista da FAEEBA – Educação e Contemporaneidade**, v. 25, p. 159-172, 2016.

FERNANDES FILHO, A.; OLTRAMARI, L. C. Psicologia escolar e população lgbt+ no ensino superior: Um relato de experiência. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 25, 2021.

FOUCAULT, M. **História da sexualidade I: a vontade de saber**. 13. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FRANCO, N.; CICILLINI, G.A Professoras trans brasileiras em processo de escolarização. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, 23(2): 352, maio-agosto/2015

GOELLNER, S. V.; GUIMARÃES, A. R.; MACEDO, C. G.. *Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais: reflexões a partir de uma experiência em sala de aula. Corpos, gêneros, sexualidades e relações étnico-raciais na educação*, p. 13, 2011. Disponível em: <http://porteiras.r.unipampa.edu.br/portais/sisbi/>. Acesso em: 24 de Set. de 2022.

GOMES, A.C. **Bullying transfóbico: experiências de discriminação e violência de pessoas trans em contexto escolar**. Universidade do Porto – Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação. 2014.

GOMES, F.; TEODORO, A.S. **O processo de escolarização das travestis e das mulheres trans no Brasil. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento**. Ano 05, Ed. 10, Vol. 21, pp. 111-118. 2020. Acesso em: Junho de 2022. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educação/mulheres-trans>, DOI:10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educação/mulheres-trans

GONÇALVES, N.. Estudos Culturais e Currículo Multicultural: validando as vozes dos alunos. **Revista Digital**. Buenos Aires - Año 17 - Nº 170 - Julio de 2012.

JESUS, J.G. Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos: **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. v.2, p.42. Brasília, 2012

LAURETIS, T. A tecnologia do gênero. In: HOLLANDA, Heloisa (Org.). **Tendências e impasses: o feminismo como crítica da cultura**. Rio de Janeiro: Rocco, 1994. p. 206-241.

LEITE JÚNIOR, J. et al. " **Nossos corpos também mudam**": sexo, gênero e a invenção das categorias" travesti" e" transexual" no discurso científico. 2008.

LIMA, T. Educação básica e o acesso de transexuais e travestis à educação superior. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, Brasil, n. 77, p. 70-87, dez. 2020.

LIMA, S. A. Da utilização do nome social do menor transgênero na escola como manifestação de um sistema educacional inclusivo. **Constituição, Economia e Desenvolvimento: Revista da Academia Brasileira de Direito Constitucional**, v. 12, n. 22, p. 271-295, 2017.

LOURO, G. L. **Gênero, Sexualidade, e Educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Rio de Janeiro, Editora. Vozes. 1997. 180 p.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Conselho nacional de educação conselho pleno**. Resolução nº 1. 19.Jan. 2018

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Portaria MS nº 1.707**, de 18 de agosto de 2008

NASCIMENTO, F. A.; JUNIOR, F. F. L.; PINHO, F. A. Tipologias e classificações: um estudo sobre as temáticas de gênero e sexualidade no manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais (dsm). In: **XVI Encontro Nacional de Pesquisa em Pós-Graduação em Ciência da Informação**. 2015.

NERY, J. W.; GASPODI, I. B.; SOUZA, R. M. Transgeneridade na escola: estratégias de enfrentamento. Souza RM. **Coletânea Diversa Diversidades**, v. 1, p. 61-80, 2015.

PAULOS, R. Relatório sobre Homofobia e Transfobia: Observatório de Educação LGBT. Março de 2013. **Observatório de Educação LGBT. Rede ex aequo**, 2012.

PERES, W. S. Travestis, escolas e processos de subjetivação. **Instrumento: Revista de Estudo e Pesquisa em Educação**, v. 12, n. 2, 2010.

PRADO, M.A.M. **Como funciona a despatologização na prática?**. Universidade Federal de Minas Gerais, Departamento de Ciência Política, Belo Horizonte, MG. 2018.

SALVADOR, N. C.; DE OLIVEIRA, A. J.; FRANCO, N. Fracasso, evasão e abandono escolar de pessoas trans: algumas reflexões necessárias. **Revista de Educação Pública**, v. 30, p. 1-18, 2021.

SCOTT, J. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. 2012

VASCONCELOS, F. R. **Evasão escolar de alunas travestis e transexuais**. Universidade Federal do Rio Grande. FURG. 2018.

WEEKS, Jeffrey. (2010). O corpo e a sexualidade. In G. L. LOURO (Org.), **O corpo educado: Pedagogias da sexualidade** (pp. 35-82). Belo Horizonte: Autêntica.

ZUCCHI, E. M. et al. Bem-estar psicológico entre travestis e mulheres transexuais no Estado de São Paulo, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 35, 2019.